

Juventude e Questão Social: do liberalismo ao corporativismo

Youth and the social question: from liberalism to corporatism

Márcio Santos de Santana¹

Resumo: O artigo analisa os embates entre o liberalismo, o comunismo e o corporativismo pelo controle do poder político no Brasil, sob a perspectiva dos projetos políticos envolvendo a Juventude e a Questão Social, entendida como o conjunto de problemas e soluções em torno do pauperismo. Os grupos políticos possuíam concepções específicas sobre a inserção dos jovens e seu papel na estrutura social. Os problemas sociais foram o mote dos embates entre as partes. Entre as décadas de 1920 e 1940 ocorreu uma profunda transformação no Brasil: a transição de uma ordem liberal para uma configuração corporativista. A chegada de Getúlio Vargas ao poder é um marco no processo. O governo autoritário implementou amplo programa de reformas sociais, exigindo em contrapartida uma postura de total colaboração e adesão da sociedade.

Palavras-chave: Questão Social; juventude; política social; liberalismo; corporativismo.

No decorrer da primeira metade do século XX, o mundo foi palco de transformações radicais na maneira como os governantes lidavam com a Questão Social, estando o Brasil inserido nesse processo.

A expressão Questão Social designa o conjunto amplo de problemas e soluções ligadas ao fenômeno da pobreza. Nesse sentido, devemos considerar não só as soluções encontradas, mas também os modos de implementação, os objetivos e as conseqüências dos projetos. Historicamente a Questão social é um subproduto da relação capital-trabalho estabelecida pela Revolução Industrial.

O desenvolvimento do pensamento socialista teve como conseqüência o incremento das configurações críticas referentes à relação capital-trabalho. De soluções revolucionárias às reformistas, o problema central a ser enfrentado era o da exploração dos patrões sobre os empregados, além das péssimas condições de vida dos trabalhadores. A meta era a redução ou a definitiva solução dos efeitos perniciosos da pobreza.

A Igreja Católica, por exemplo, adotou uma linha de pensamento mais flexível com relação ao problema, especialmente na encíclica *Rerum Novarum* (1891) de Leão XIII. Enveredou pelos caminhos da

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em História Econômica na FFLCH/USP, sob a orientação da Prof^a Dr^a Esmeralda Blanco Bolsonaro Moura.

“Justiça Social”, sobretudo a partir da encíclica *Quadragesimo Anno* (1931) de Pio XI, que deu início ao uso do conceito na Doutrina Social da Igreja, ratificando a opção católica pela união das classes, diretriz em conformidade com a mensagem apostólica da instituição.

O Estado assumiu o papel de gerenciador do problema, especialmente na intermediação das negociações entre empresários e trabalhadores, mas também em áreas estratégicas para o combate à pobreza e à miséria, como educação, saúde e assistência social, entre outras.

Tomando a assistência social como exemplo de análise, devemos lembrar que, a partir do último quartel do século XIX, o modelo sofreu profunda alteração de rumo. O início do século XX foi acompanhado pela gradual hegemonia do modelo filantrópico. Este era cientificamente orientado, ao contrário do modelo anterior, o de caridade, mantido pela Igreja e fundamentado no espírito cristão. O processo de transição foi gradual e as influências foram mútuas, sendo que “a caridade, confrontada com uma nova realidade econômica e social, foi absorvendo objetivos e táticas da filantropia, como a ‘prevenção das desordens’ por exemplo; a filantropia, por sua vez, não abandonou inteiramente os preceitos religiosos” (Marcílio, 1997, p.76).

Durante toda a década de 1910, o movimento operário atuou, de maneira incessante, para pressionar as autoridades públicas a reconhecerem a negociação coletiva e a elaborarem legislação de proteção ao trabalhador. Paulatinamente, com o decorrer das décadas, foi realizada uma parte das transformações exigidas.

Um ponto de mutação pode ser detectado no pós-Greve de 1917 e, com maior amplitude, na década de 1920. As formas tradicionais de controle social urbano, basicamente restritas à repressão policial, atingiram esgotamento, tornando-se anacrônicas. Em decorrência disso, houve a necessidade de elaboração de novos mecanismos e formas de controles, não mais baseados somente na violência (Capelato, 1988).

As idéias reformistas foram se tornando hegemônicas no decorrer da Primeira República. Podemos resumir o consenso intelectual a respeito do Brasil da seguinte maneira. O país não havia atingido o estágio civilizacional pleno, salvo em alguns poucos enclaves. O povo brasileiro, além de majoritariamente analfabeto e com aversão à cultura superior, não possuía uma constituição biológica plena. Disso resultaria o ríspido julgamento de que

[...] a nação brasileira nascia com o desafio de minimizar os efeitos das duas manchas que se confundiam: a doença do analfabetismo com o despreparo da população para a nova sociedade emergente, e a debilidade física de um país, distanciado em muito dos padrões mínimos de saúde, condenado a um ambiente insalubre, fruto da irresponsabilidade pública (Bomeny, 1992, p. 1).

Esse ímpeto civilizador pode ser encontrado em diversos projetos de reforma social, de caráter estatal ou não, especialmente pensados como solução para a Questão Social que grassava no Brasil, sobretudo nos meios operários, segmento da sociedade fortemente atingido pelo pauperismo.

A conjuntura internacional: o desprestígio do Liberalismo

O período entreguerras teve, como uma de suas características marcantes, o acentuado antiliberalismo, tanto na dimensão política quanto na econômica. Os governos europeus gradualmente foram ocupados por indivíduos detentores de idéias contrárias aos princípios liberais, a saber: igualdade de todos perante a lei; soberania do povo; respeito ao princípio de governo representativo; liberdade de negócios e liberdade de expressão, publicação e reunião.

O século XIX foi marcado pelo auge da “civilização liberal”, cujas principais características foram a crença nos valores da razão, do progresso científico e tecnológico, da transformação dos indivíduos através da educação, do debate público, entre outros. Contudo, decorridos poucos anos do término da Primeira Guerra Mundial, os europeus presenciaram um retrocesso contínuo e incessante do liberalismo. Como nos lembra Hobsbawn (1994, p. 113-115):

[...] em 1918-20, as assembleias legislativas foram dissolvidas ou se tornaram ineficazes em dois Estados europeus, na década de 1920 em seis, na de 1930 em nove, enquanto ocupação alemã destruiu o poder constitucional em outros cinco durante a segunda Guerra Mundial. Em suma, os únicos países europeus com instituições políticas adequadamente democráticas que funcionaram sem interrupção durante todo o período entreguerras foram a Grã-Bretanha, a Finlândia (minimamente), o Estado Livre Irlandês, a Suécia e a Suíça.

O processo de retração das idéias liberais do cenário político mundial rapidamente chegou ao Brasil. Movimentos políticos variados desdenhavam do liberalismo, considerado, nessa nova conjuntura, como incapaz de solucionar os problemas e dilemas da sociedade. O liberalismo perdera, definitivamente, o status de exclusividade como argamassa do tecido social e de fórmula perfeita de organização e gerenciamento da economia.

Novas formas de organização da sociedade surgiram, alcançando elevado prestígio junto à sociedade. O nazi-fascismo conquistou espaço na opinião pública. Os adeptos e admiradores foram se multiplicando. No Brasil tal ideologia alcançou espaço relevante no debate político, sendo os integralistas seus principais entusiastas (Trindade, 1974). Nesse complexo e intrincado processo a democracia foi soterrada. Aliás, democracia que não havia sido erigida de maneira consistente, pois é

arbitrário categorizar a Primeira República brasileira como um período democrático.

As alterações ocorridas nas sociedades alcançaram o segmento jovem, pelo simples motivo de que nenhum segmento permaneceu incólume a elas. A reformulação do papel do Estado não ficou restrito ao âmbito econômico. Como em nenhum momento da história, os donos do poder lançaram mão da engenharia social para implantar seus projetos de poder. A juventude era o segmento perfeito para a concretização de tais ambições, uma vez que permitia moldar os futuros participantes da sociedade em padrões considerados corretos pelos reformadores sociais. Numa fase da História na qual o Ocidente buscava a reconstrução da Civilização, destruída pela Grande Guerra, o jovem converteu-se rapidamente no símbolo maior de um novo paradigma de sociabilidade (Sevcenko, 1992, p. 33-34).

Vários países europeus, sobretudo Alemanha, Itália e URSS, criaram organizações para promover o ingresso dos jovens na vida política. Nesses três países as organizações eram parte do aparelho de Estado. Na Alemanha foram criadas a *Juventude Hitlerista*, as *Jovens Virgens* e a *Liga das Moças Alemãs*. Na URSS, a *Liga Vermelha dos Combatentes da Frente*, a *União da Juventude Comunista* e os *Pioneiros Vermelhos*.

A Itália fascista pode ser tomada como um caso paradigmático, pois o país foi pioneiro nesse tipo de ação. Em razão da especificidade, nos deteremos em alguns pormenores. Existiram diversas organizações de juventude durante a vigência do regime, apresentando alterações periódicas de estrutura e jurisdição. A *Giuventú Universitária Fascista* (GUF) agremiava estudantes universitários, homens ou mulheres, entre 18 e 28 anos de idade. Essa organização era chefiada por Carlo Scorza e era mantida sob controle direto do partido do governo, tendo sua existência se confundido com a do regime. As crianças e jovens do sexo masculino e feminino, entre 6 e 18 anos de idade, eram o alvo da *Opera Nazionale Ballila* (ONB). A *Fasci Giovanili di Combattimento* (FGC) agremiava os jovens entre 18 e 21 anos que não estivessem mais na escola, com a finalidade de manter uma força reserva de recursos humanos para o partido e para a milícia do governo. Por fim, a *Giuventú Italiana Del Littorio* surgiu em outubro de 1937, absorvendo a ONB e FGC, para extinguir a rivalidade entre as organizações.

As atividades propostas por essas organizações a seus integrantes eram variadas. A ONB e a GIL, por exemplo, ofereciam conferências propagandistas e educativas. Aos domingos eram ministrados treinamentos sobre o uso de máscara de gás. Economia doméstica, costura, dança rítmica e canto coral eram outros cursos oferecidos. Modalidade como esqui, equitação, esportes náuticos e artesanato variado faziam parte do leque de opção em certos estabelecimentos. Eram celebradas competições esportivas nacionais e locais que envolviam diversos esportes.

De um modo geral, as atividades esportivas, a atividade militar e a educação formaram o tripé básico de sustentação da ação fascista entre a juventude. As tarefas de socialização eram complexas. Organizações como a GIL e a ONB as exerciam de forma indireta, de modo a conseguir melhores resultados no processo de doutrinação, que não era. Com essa intenção “cinco ou seis vezes ao ano, nas festividades fascistas, algum funcionário pronunciava um discurso durante 10 minutos, porém a doutrinação abertamente política não era a função principal dos grupos juvenis”. Contudo, “mais importante era a experiência de formar parte de uma organização de massas e submergir nela a individualidade de cada um durante várias horas todas as semanas, assim como durante as excursões especiais no verão” (Tannenbaum, 1972, p. 164-165).

A história mundial apresenta exemplos diversificados de organizações de juventude em configurações várias. Tais organizações atendem a demandas específicas das sociedades às quais estão vinculadas. Sendo assim, não podemos falar em “juventude” sem atentar para as especificidades de cada agrupamento e, tampouco, para a realidade social na qual se insere.

Juventude: especificidade de um conceito

Diante do exposto, é preciso discorrer sobre a categoria juventude. Marcelo Ridenti (2000, p. 266) lembrou com muita propriedade que o termo tem se prestado a usos um tanto incertos. Ao ser usado com sentido amplo, o termo perde o seu potencial definidor. Lembra o referido sociólogo que o termo juventude “envolve vários grupos e classes sociais entre as faixas etárias da adolescência e os primeiros anos da maturidade, mas sem limites precisos de idade”.

O uso do termo juventude não é isento de críticas. Centremo-nos em dois grupos específicos de crítica. No entendimento de alguns, o conceito é demasiadamente generalista, carecendo de melhor definição. Em nossa pesquisa essa generalidade é limitada pelo fato de se referir a agrupamentos específicos de juventude. Outro tipo de crítica diz respeito ao caráter ideológico do conceito. Segundo os partidários desta visão, o conceito ocultaria realidades construídas por estrutura de classe ou estratificações sociais. Esta linha de crítica nos serve como um alerta.

É ponto consensual que *juventude* é mais do que uma faixa etária, pois se assim não fosse, seria impossível a utilização do termo em casos como “Juventude Comunista”, “juventude do samba” e outros sentidos que a sociedade vai atribuindo na vivência cotidiana. No entanto, o critério etário é insuficiente para explicar o uso da categoria em questão, embora tal critério esteja presente. Uma segunda possibilidade seria a de classe social. Essa, porém, é logo descartável, pois seria impensável uma classe social formada por indivíduos de uma faixa etária semelhante.

As informações apresentadas ressaltam a necessidade de se trabalhar historicamente com a categoria. Isso se justifica pelo fato de que os agrupamentos nomeados ou identificados como sendo de “juventude”

apresentam alterações substanciais ao longo do tempo, espaço e realidade sócio-cultural. Alias, é na realidade sócio-cultural que reside o aspecto principal da questão. Entendemos que juventude é designativo de uma determinada identidade sócio-cultural – a Juventude Comunista, a Juventude Hitlerista etc, por exemplo – que pode ser gerada endogenamente em grupo ou ser-lhe atribuída por indivíduos externos a ele. Essa atribuição/aceitação de identidade implica em um complexo processo de aceitação/negação de comportamentos, atitudes e concepções políticas, culturais, econômicas etc. Isso implica dizer que juventude é ao mesmo tempo uma representação sócio-cultural e uma situação social. A estratégia subjacente à criação de uma Juventude Comunista tem ligação com o critério etário de que falamos, ou seja, é trazer para a sua zona de influência o indivíduo nos seus anos iniciais de formação e socialização de modo a fazê-lo ver a ideologia do grupo como a mais natural possível.

O reformismo e o posicionamento dos empresários

A oposição dos proprietários industriais à legislação de proteção ao trabalhador é um tema clássico da historiografia brasileira. Esse segmento empresarial estava imerso no liberalismo ortodoxo da Primeira República, que não previa a intervenção do Estado na economia, sobretudo em questões relacionadas ao mundo do trabalho.

A Constituição de 1891, no seu artigo 72, § 24, determina que “é garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial”. Isso implica em dizer que a livre-negociação entre as partes envolvidas presidiria a relação capital-trabalho. Portanto, a primeira carta magna do Brasil republicano enquadrava o problema no âmbito do liberalismo ortodoxo. O Código Civil confirmou a postura adotada pela Constituição, ao enquadrar os contratos de trabalho na concepção do contratualismo individualista.

É necessário ressaltar que a polêmica dos industriais contra a legislação social não tinha apenas motivação econômica. Os propósitos estavam além do lucro puro e simples, sendo tributários de “uma concepção do mundo e do esforço para implementá-la, em que se urde a estratégia de dominação da burguesia industrial” (Werneck Vianna, 1999, p. 77, 79 e 113).

Os industriais concentraram esforços na construção de uma organização sólida e influente, que lhes permitisse atuar junto ao poder público, em defesa de seus interesses. Desse intuito nasceu o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), fundado em 1928, quando ocorreu uma cisão entre o comércio e a indústria que, desde 1894, se aglutinavam na Associação Comercial de São Paulo (ACSP). No Estado de São Paulo a industrialização foi tardia, quando em comparação com o Rio de Janeiro e, por isso, apesar de existirem divergências, era mais forte a necessidade de união para a resolução de problemas comuns. Foi essa particularidade que permitiu a convivência dos dois setores econômicos numa mesma associação de classe durante tanto tempo. Além disso, a

ACSP representava basicamente o comércio nacional, sendo que as divergências dos industriais aparecem com relação ao comércio importador, em virtude da questão cambial (Leme, 1978, p. 14-15).

Os empresários industriais opuseram-se ao Código de Menores, implementado pelo Decreto nº 5.083, de 1º de dezembro de 1926, que garantia proteção aos menores brasileiros em diversos âmbitos, mas, sobretudo no que concerne à assistência social. Os embates antecedem inclusive a criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Nesse sentido, em agosto de 1927, interpelaram o presidente da Câmara dos Deputados, protestando contra a legislação.

O empresariado alega preocupar-se com as conseqüências que o Código traria para o setor industrial da economia, sobretudo em três aspectos específicos: (a) a desorganização do trabalho industrial; (b) a economia doméstica do operário e (c) a moral e a saúde do menor sofreriam danos. É perceptível, no desenrolar da argumentação, que as divergências são de ordem econômica e política. De um lado, não aceitavam que ocorresse uma elevação nos custos da produção industrial, em decorrência das novas exigências introduzidas pelo Código. De outro lado, está em jogo a relativa liberdade de ação que a burguesia brasileira gozara, desde os primórdios da República, em decorrência do liberalismo ortodoxo adotado pela Constituição de 1891.

A polêmica travada entre os industriais e o Juizado de Menores pode ser considerada um marco. O governo republicano, até a década de 1920, pouco legislou em matéria de proteção social. Sendo assim, quando o poder público deu início ao processo, o empresariado industrial sentiu-se profundamente atingido em sua liberdade de ação, embora os liberais paulistas que cerraram fileiras no jornal *O Estado de São Paulo* também tenham bradado contra a ação estatal. Por isso “os liberais paulistas resistiam a qualquer tipo de interferência estatal, mas no fim da década de 20 acabaram por admitir que ela era necessária à solução dos problemas sociais. Apesar disso, continuaram rejeitando essa intervenção em outros campos” (Capelato, 1988, p. 101).

Em estudo sobre a situação das mulheres e dos menores no trabalho industrial, Moura (1982, p. 62) ressalta a ínfima ação do governo federal na regulamentação do trabalho da mulher, do menor e da criança. No âmbito estadual, o trabalho do menor era alvo secundário da ação regulatória, uma vez que os dispositivos existentes sobre a questão eram parte de legislação mais geral. Entrave ainda maior à civilização do mundo do trabalho industrial era a situação da fiscalização, constatação possível através de

um confronto entre a Legislação Estadual em vigor e as reais condições do trabalho industrial em São Paulo [que] revelam, no entanto, uma fiscalização senão inoperante, pelo menos ineficaz, sobretudo no que diz respeito ao operariado feminino, menor e infantil (Ibidem, p. 68).

Os industriais não possuíam um projeto político de juventude *strictu sensu*, ao menos num primeiro momento, mas possuíam um projeto de poder no qual as crianças e jovens tinham um papel chave como mão-de-obra. Subliminarmente podemos notar o constrangimento e a insatisfação com as intervenções do Estado – representado pelo Juizado de Menores –, que eram uma quebra no paradigma liberal ortodoxo no qual o Estado imiscuia-se das funções intervencionistas.

Esse papel unidimensional da juventude, tal como compreendido pelos empresários da indústria, será o mote para a criação de uma Juventude Comunista no Brasil, embora não o único, haja vista a estrita ligação do Partido Comunista Brasileiro com o Partido Comunista soviético. De todo modo, os jovens comunistas usarão essa visão restrita sobre o jovem – e sobre o ser humano em sentido amplo – para criticar o “mundo” e a “visão burguesa”, buscando criar os canais para a tão desejada revolução.

O projeto comunista para a juventude

A Juventude Comunista tinha como atribuições o recrutamento e a formação ideológica dos jovens para militância, auxiliando o Partido Comunista do Brasil a alcançar a tão sonhada revolução socialista. Tal trabalho seria realizado por meio de propaganda ou da arrecadação de fundos para manutenção das atividades de militância. O financiamento das atividades era obtido através do pagamento de mensalidades por parte dos membros, venda de selos de propaganda, rifas em geral ou convites para piqueniques e festas. Em tais eventos era realizada a propaganda da organização, através de discursos e distribuição de materiais impressos como panfletos, boletins, jornais e outros.

A meta maior era fazer do comunismo o modelo ideal de organização social, e como tal, o único capaz de realizar todos os anseios da população pobre e excluída, público-alvo primordial. Nesse sentido, a derrubada do regime capitalista deveria ser a principal finalidade da ação militante. O fascismo, o imperialismo e o latifúndio compunham a lista de adversários do proletariado.

A sociedade ideal seria marcada pela paz, prosperidade, liberdade e igualdade. Tal configuração era oriunda da inversão da situação em vigor naquela sociedade, onde imperava a desigualdade social, o cerceamento às liberdades individuais, a miséria e a ameaça constante de conflitos bélicos. Sendo assim, os militantes daquele agrupamento de juventude forjaram uma utopia como resposta aos problemas latentes da época. Essa utopia servia de elemento de coesão para o grupo, pois lhe fornecia um corpo de crenças comuns para todos os membros da comunidade, convertendo-se em um sólido componente identitário.

A origem da organização de juventude remonta a 1924. Uma sessão ampliada da Comissão Central executiva do Partido Comunista do Brasil (PCB), realizada em janeiro daquele ano, deliberou sobre a criação da Juventude Comunista. No entanto, somente no II Congresso do PCB é

que foram tomadas ações práticas de estruturação. Portanto, até 1927, a importância da instituição foi ínfima, como prova a inexistência de um estatuto próprio, ou ainda, a incapacidade de expansão das atividades para outras áreas do país.

A Juventude Comunista passou por uma reformulação em 1927, entrando em uma nova fase. Foi nesse ano que a organização ganhou um Comitê Central Executivo permanente. O trabalho de recrutamento de novos membros, de formação ideológica e de divulgação das idéias comunistas recebeu considerável impulso.

Como parte da estratégia de ampliação dos quadros da JC, Leôncio Basbaum passou a escrever artigos no jornal *A Nação*, referindo-se a juventude operária e à necessidade de organizá-la. Além da divulgação, o jornal também publicava papeletas através das quais os interessados poderiam efetuar as suas inscrições (Basbaum, 1978).

Incentivados pelos resultados conseguidos no primeiro de maio, os comunistas oficializaram a Juventude Comunista no dia 1º de agosto de 1927, durante um evento na sede da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG). No dia seguinte, ocorreu outra reunião, na qual foi escolhido o Comitê Central e Basbaum nomeado o Secretário Geral, cargo que ocupou até princípios de 1929, quando ingressou no Partido Comunista Brasileiro.

Em 1928 os comunistas já tinham conseguido expandir a sua organização de jovens para São Paulo. Em 7 de dezembro, um comunicado traz a informação de que, “apesar da ilegalidade muito feroz”, o Comitê de Zona já estaria em funcionamento. A atuação da Juventude Comunista em São Paulo não deve ter alcançado resultados muito relevantes nos seus primeiros anos de atuação, pois a Polícia Política paulista registrou a primeira ocorrência em prontuário próprio da organização em 19 de outubro de 1931. A partir dessa data a vigilância só se fez intensificar. Uma possível explicação para tal descompasso reside no fato de que São Paulo somente passou a ser um pólo de concentração das forças de esquerda após a Revolução de 1930, pois com a instauração do novo regime foi desencadeada uma forte repressão contra as organizações de esquerda (Marques Neto, 1992).

Há também informações sobre o estabelecimento de atividades em Pernambuco, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, ainda no ano de 1928. O início dos trabalhos em algumas regiões foi conquistado através do envio de instrutor do PCB. Em 1929, tal expediente foi usado em Alagoas, Paraíba e Ceará que, apesar de possuírem poucos membros, ofereciam boas perspectivas de crescimento.

Em janeiro de 1930 a Juventude Comunista já atuava no Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Campos (RJ), Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Pará. No ano seguinte, a expansão havia atingido Minas Gerais, Alagoas e Maranhão. Em julho de 1932, o Paraná já possuía um Comitê de Zona funcionando.

Pelos dados disponíveis, podemos supor que o Rio Grande do Norte, que já havia sido alcançado em janeiro de 1930 pela expansão

geográfica, e o Maranhão, alcançado em janeiro de 1931, sofreram um revés na sua ação, tornando necessário a criação de novos Comitês Regionais. No mês de outubro desse ano foi realizado o 2º Pleno da Juventude Comunista, no qual foi elaborado um plano de trabalho para os três meses seguintes. O plano determinava a formação de grupos da organização na Bahia, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Norte e Piauí. Os dados mostram que até dezembro nenhum outro Estado do Brasil foi alcançado.

A efervescência política dos anos 30: por um congresso para a juventude

A Juventude Comunista concentrou esforços para a realização do I Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular em agosto de 1935. Esse empreendimento pode ser considerado como o mais produtivo, dentre todos os que os jovens comunistas procuraram por em prática. A divulgação conseguida pelo evento, os contatos e vínculos estabelecidos com outras instituições da sociedade civil, além da produção e divulgação de críticas sobre os problemas da juventude brasileira fundamentam tal análise.

O centro coordenador dos trabalhos era o Rio de Janeiro, onde funcionava o Comitê Central da Juventude Comunista. Nessa cidade, em dezembro do ano anterior, foi realizado o I Ativo de Concentração Nacional, evento do qual saiu a decisão de realização do congresso. Em pouco tempo, os trabalhos alcançaram as regiões de São Paulo, Pernambuco e Bahia.

Em intervenções feitas à imprensa por integrantes do comitê organizador, é possível captar o desejo latente dessa juventude ansiosa por renovação. A solução dos problemas sociais guiava os ânimos desses candidatos a revolucionários. Sebastião Bonifácio era um deles. Em entrevista ao jornal *Diário da Noite*, explicitou o seu entendimento sobre o papel da juventude e a posição do congresso frente aos problemas enfrentados naquele momento. Segundo ele, era propícia a ação política dos jovens, uma vez que estes estariam recebendo um mundo em franca decadência e que rumava para a bancarrota econômica. Isso tudo provocado pela irresponsabilidade e incompetência das autoridades constituídas. A seu ver, caberia aos jovens a iniciativa de promoção da justiça social, sendo aquele o momento propício. Em estilo grandiloquente, Bonifácio nos fornece um quadro preciso da euforia e positividade com a qual ele encarava o papel da juventude:

[...] Nós, os moços das fábricas, das escolas, dos campos, dos escritórios, etc. Não podemos ver de braços cruzados o grande descalabro que reina no orbe universo, porque o retinir das guerras, os gemidos da miséria, as nuvens negras da incerteza no futuro, o cheiro pestilento dos hospitais superlotados, as grandes massas dos desempregados, estrugem em sons, cores, odores e

movimentos tão intensos que a ninguém podem passar despercebidos.

O posicionamento nos leva a refletir sobre o papel dos jovens nas sociedades modernas ocidentais que concebem a juventude como o período da vida do ser humano no qual ele será preparado para atuar na sociedade. É quando a juventude converte-se numa etapa de passagem entre a infância e a vida adulta tornando-se sinônimo de adolescência.

Entendemos que juventude é designativo de uma determinada identidade sócio-cultural – a Juventude Comunista, a Juventude Hitlerista etc – que pode ser gerada na convivência de uma coletividade, mas, também, ser atribuída por indivíduos externos a ele. Essa atribuição/aceitação de identidade implica em um complexo processo de aceitação/negação de comportamentos, atitudes e concepções políticas, culturais e econômicas. Isso significa dizer que juventude é, ao mesmo tempo, uma representação sócio-cultural e uma situação social.

A estratégia subjacente à criação de uma Juventude Comunista tem ligação com o critério etário mencionado, ou seja, conduzir o indivíduo, ainda nos anos iniciais de formação e socialização, para a zona de influência do grupo político. Assim sendo, tal indivíduo não poderá apresentar maior defesa, por ausência de outra ideologia arraigada em sua consciência.

O intuito do Congresso, além da propaganda ideológica, era cooptar o maior número de jovens para as fileiras do Partido Comunista do Brasil. Uma das estratégias foi a organização de piqueniques e festas, que costumavam reunir muitos jovens atraídos pelas atividades culturais. O dinheiro arrecadado com a venda de ingressos serviria para financiar atividades de propaganda.

A Polícia Política acompanhava intensamente os preparativos para esses eventos, geralmente realizados em parques públicos da cidade. A vigilância policial e a propaganda política direcionada aos jovens integravam o programa de ação do governo Vargas, dedicado a anular qualquer interferência por parte dos grupos identificados com a esquerda.

Uma análise da legislação e das práticas policiais revela que a Revolução de 30 deu continuidade a uma tradição da história brasileira: o cerceamento dos direitos civis e o excessivo fortalecimento do poder executivo, evitando a fiscalização deste pelo Poder Legislativo. A repressão se voltou contra a atividade dos jovens, uma vez que estes eram considerados comunistas e, como tal, considerados perigosos para a manutenção da ordem vigente no país.

Todo o esforço para a realização deste congresso terminou após a intervenção dos inspetores da Polícia Política. No dia 9 de Julho daquele ano, Lousada Rocha dirigiu-se até o Salão Cervantes, localizado no Largo da Concórdia, para impedir a realização de uma assembléia do congresso programada para as 20 horas. Acompanhado de mais 10 inspetores, o delegado fechou o salão. Alguns inspetores foram enviados para o Palacete Santa Helena, na Praça da Sé, região central da cidade, onde

estava sediado o Congresso. Tal investida deveria evitar que a reunião fosse transferida do Salão Cervantes para aquele local. Outro grupo de inspetores se dirigiu para o Salão da Lega Lombarda, localizado no Largo de São Paulo.

Em 15 de Julho veio o golpe final. A Aliança Nacional Libertadora fora fechada dois dias antes. Dando prosseguimento ao fechamento de todas as organizações que mantinham algum tipo de ligação com o comunismo, o Delegado Lousada Rocha optou por encerrar o I Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular de São Paulo no dia programado para uma reunião das lideranças. Oportunidade única que permitiria a prisão de muitos integrantes. Foram encontrados alguns poucos jovens no local, mas, entre eles, estava Genny Gleizer, cuja prisão e o tratamento dispensado a ela por parte das autoridades, provocou uma grande mobilização da sociedade civil (Santana, 2007, p. 49-53; 61-67).

O autoritarismo domina a cena política

O espaço público no Brasil passou por um agonizante retrocesso no primeiro governo de Getúlio Vargas. Em conjunto com os seus aliados, este político hábil soube costurar o golpe que oficializou o exercício de poderes discricionários plenos em 1937, quando da instauração do Estado Novo. Os sete anos iniciais de seu governo foram marcados pelas manobras mais inusitadas para sua manutenção no poder. Enfrentou, como se sabe, levantes armados dos comunistas e dos integralistas. O movimento armado do primeiro grupo lhe serviu de alibi para a implantação da Lei de Segurança Nacional que, juridicamente, concedeu-lhe o poder discricionário já exercido na prática.

O projeto político do grupo de Getúlio Vargas considerava que o regime tinha como tarefa “promover a inovação moral e política de toda a sociedade através de novas estratégias de dominação que negavam, em sua essência, os princípios políticos do liberalismo clássico, que passaram a empregar novas formas de controle social [...]”. O regime político de Vargas vinculou a presidência ao aparelho policial, numa ligação complexa. Assim, já em 10 de janeiro de 1933 o presidente decretou que a polícia do Distrito Federal ficaria sob a sua inspeção e o Ministro da Justiça e Negócios Interiores ficou encarregado pela superintendência das atividades. O novo regime, no âmago do processo de reestruturação do aparelho de Estado, tratou logo de colocar pessoas de sua confiança em cargos estratégicos. Batista Luzardo, o primeiro chefe de polícia pós-Revolução, tratou logo de substituir os delegados auxiliares e distritais, colocando em seu lugar pessoas de sua inteira confiança. Em linhas gerais, a ação policial obedecia a “um discurso que preparava o advir de uma grande nação e a profilaxia social dos inimigos concretos (comunistas, liberais, estrangeiros, sem-trabalho e políticos)” (Cancelli, 1993, p. 12).

O sistema educacional foi outro setor estratégico para controlar a sociedade. Nesse período os professores, estudantes e as instituições educacionais não constituíam um grupo de pressão articulado e com uma pauta reivindicatória minimamente elaborada. Contudo, a partir dos anos 1930, com a crescente ideologização da vida cotidiana, a educação e o setor educacional se transformaram na arena preferida dos grupos ideológicos (Schwartzman, 1984, p. 51). Esta questão tem a ver com a criação do Ministério da Educação e Saúde, uma vez que houve toda uma gama de realizações, que provocaram uma substancial dinamização no setor. Ao mesmo tempo, militantes dos grupos de oposição ao regime Vargas também faziam críticas à situação educacional no país.

Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde entre 1934 e 1937, expressou claramente sua posição quanto à função da educação ao dizer que esta “deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores”. Em Pernambuco, por exemplo, esse discurso que atribuía à educação a função estratégica de erradicar as idéias antagônicas ao regime, tornando-o palatável e o mais aceito possível pela sociedade, evidenciou-se, claramente, não só por titulares da Interventoria Agamenon Magalhães (1937-1945), mas também na imprensa, tanto na secular quanto na religiosa. Nilo Pereira, titular do Departamento de Educação daquele Estado, vinculou explicitamente sua posição quando disse que “o sucesso do nosso regime depende do sistema de educação imposto e controlado pelo Estado. Fora daí seria perder tempo, palavras e dinheiro” (Almeida, 2001, p. 37-39).

Em 11 de março de 1940 o *Diário Oficial* publicava o Decreto-Lei nº 2072 que criava a Juventude Brasileira, movimento cívico criado pelo governo para mobilizar a juventude da época. Inicialmente idealizada por Francisco Campos para ser uma organização de caráter paramilitar, baseada no modelo fascista, o projeto final tomou rumos opostos aos planejados. Desde março de 1938, de quando data o primeiro projeto, até 1940, quando de sua promulgação, a Juventude Brasileira sofreu muitas alterações fruto das intervenções de Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra; Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde e Alzira Vargas. A tônica geral das críticas era contra a militarização da organização e as influências estrangeiras no modelo sugerido (Alemanha, Itália e Portugal). Na sua versão final, a Juventude Brasileira seria responsável por inculcar consciência patriótica nas crianças e nos jovens de modo a fazê-los ver o Brasil como uma “entidade sagrada”. Os homens receberiam educação pré-militar e as mulheres, educação doméstica, pois elas eram as responsáveis pela “consagração do lar”, no modelo em vigor naquela sociedade (Schwartzman, 1984, p. 123-124).

Considerações finais

A ação do grupo político comandado por Getúlio Vargas era fruto de um projeto de poder de caráter corporativista e autoritário. Embora apresente alterações conjunturais, teve início nos anos 1920, alcançando o

ápice nos anos 1940. Entre as questões estiveram em pauta no século XX, sobretudo na primeira metade, ressalta o problema da Questão Social e o da inserção de novos atores sociais na vida política.

No quadro dos eventos históricos ocorridos no período em análise, abarcados pela ruptura na ordem liberal ortodoxa – patrocinada pelo governo de Arthur Bernardes, simbolizada pela Reforma Constitucional de 1926 – pela Revolução de 1930 e instauração do Estado Novo, a reconstrução do modelo de Estado e de controle social estão entre os temas estratégicos para a compreensão e interpretação do período.

A sociedade brasileira vivenciou uma conjuntura de cerceamento das garantias individuais que custou a ter fim. O autoritarismo implementado por aqueles governos permanece como uma herança negativa da cultura política brasileira. Recorrentemente o espaço público brasileiro é tomado por discursos e práticas políticas que em muito lembram aqueles tempos. Vigilância, espionagem, cerceamento da liberdade de expressão são perigos iminentes no cenário brasileiro.

Os jovens foram considerados alvo estratégico para a reconstrução da civilização que fora destruída pela Primeira Guerra Mundial. Corporativistas, liberais e comunistas partilharam desse ideal, embora tenham optado por soluções diferentes. A adoção de tal estratégia permite que o jovem receba a ideologia nos anos iniciais de sua vida, quando ainda não completou o ciclo de escolhas para ingresso na vida adulta. O efeito esperado dessa socialização é a naturalização da ideologia recebida, por não ter nenhuma outra para realização de um contraponto.

A militância da juventude de esquerda demonstrou forte preocupação em organizar-se como segmento sócio-político. Suas discussões, ações e programas extrapolavam os problemas da juventude brasileira. Acreditavam que a política era elemento de transformação da sociedade que, em sua formatação idealizada, seria o império da liberdade, redentora dos pobres e miseráveis.

A ascensão de Getúlio Vargas significou a inserção do Brasil em nova conjuntura histórica: a da sociedade de massas. A urbanização desenfreada, o crescimento industrial e a inserção de novas camadas sociais – operários e a classe média – forçaram a alteração das técnicas e estratégias de controle social. O processo se deu com o aumento exponencial da politização do trabalho policial. A polícia teria, além de suas funções de manutenção da ordem e da propriedade, de garantir o saneamento ideológico da nação. A repressão, que já era insidiosa, tornou-se ainda mais. Esta, em diversos momentos, por meio de variados expedientes, buscou anular as divergências, uma vez que o sistema político brasileiro tem sido marcado pela criminalização do dissenso, possivelmente demonstração plena de que o Brasil é de fato uma “arquitetura imperfeita” (Kujawski, 2001).

Abstract: This article analyzes the clashes between liberalism, communism and corporatism over control of political power in Brazil, in light of the political projects concerning Youth and the Social question, understood as the sum of all problems and solutions related to poverty. The political groups had specific notions about youth insertion and the role of youth in the social structure. Social problems were the motto of these clashes. Between the decades of 1920 and 1940 Brazil underwent a deep transformation: the transition from a liberal order to a corporative configuration. Getúlio Vargas' rise to power was a landmark in the process. Under his authoritarian government an ample program of social reforms was implemented in exchange for total compliance and adhesion from society.

Key-words: Social question; youth; social politics; liberalism; corporatism.

Referências

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

BOMENY, Helena. *Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional*. Nov./1992. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/112.pdf . Acesso em: 02/12/2005.

BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas: memórias*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CONSTITUIÇÃO de 1891. Rio de Janeiro, Minter, 19--.

GROPPO, Luís Antonio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

HOBSBAWN, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. *Idéia do Brasil: a arquitetura imperfeita*. São Paulo: SENAC, 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza. "A Roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950". IN: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez/USF, 1997.

MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. São Paulo: Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 1992 (mimeo).

MOURA, Esmeralda Blanco B.. *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*. Petrópolis: Vozes, 1982.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SANTANA, Márcio Santos de. *Projetos para a juventude: o comunismo e o problema da intervenção do Estado na Questão Social (1924-1945)*. São Paulo: Relatório de Qualificação (Doutorado), FFLCH, USP, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena e COSTA, Vanda. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Edusp, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

TANNENBAUM, Edward R.. *A experiência fascista: sociedad y cultura en Italia (1922-1945)*. Madrid: Alianza, 1972.

TRINDADE, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

WERNECK VIANNA, Luiz. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.